

# Brasília passa a sexta-feira sem coleta de lixo hospitalar

E a solução para o local de despejo só deverá sair na próxima semana

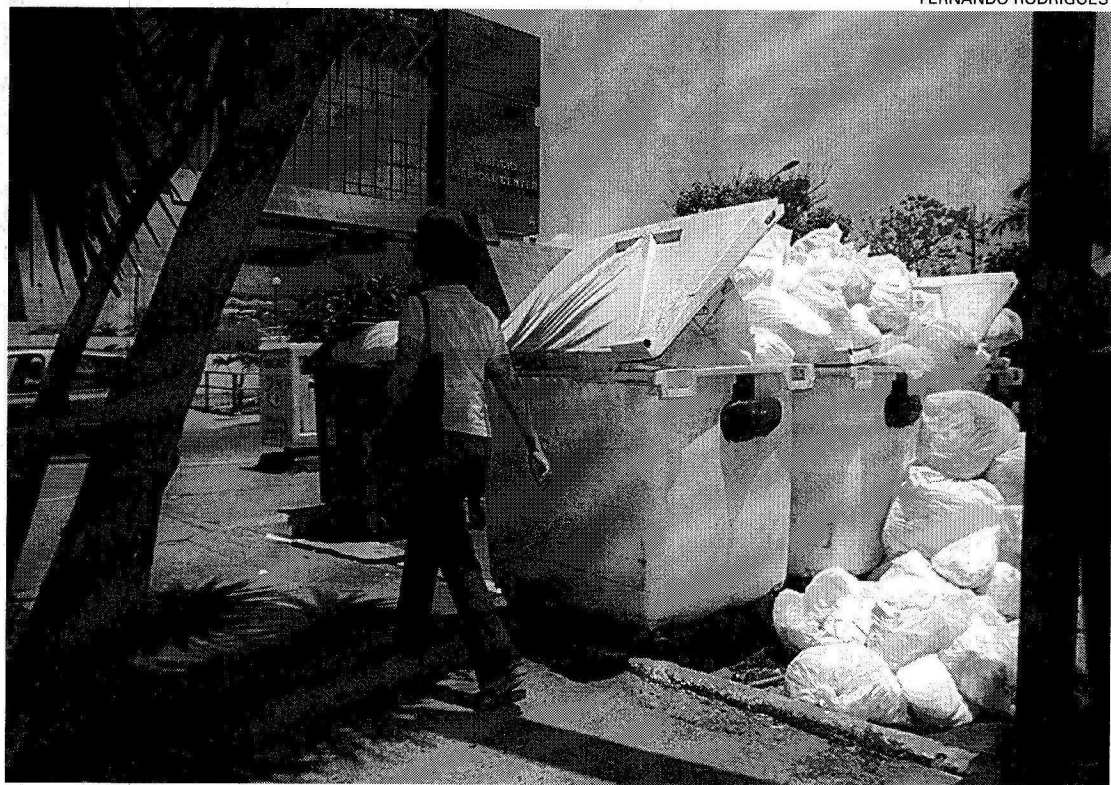
LUÍSA MEDEIROS

Nas ruas de Brasília é possível ver a consequência da falta de um local para despejar o lixo hospitalar. Sem destino definido, não houve coleta na cidade ontem. Sacos cheios foram equilibrados nas já lotadas lixeiras dos hospitais e, em alguns casos, tiveram de ser colocados no chão. Um transtorno absoluto, que provavelmente não será resolvido neste final de semana.

É que a Qualix, empresa de limpeza contratada pelo GDF, ainda não arranhou um lugar apropriado para colocar os resíduos tóxicos. Prova disso são as seis carretas abarrotadas de lixo que continuam paradas numa área próxima ao Camping Show. O Ibama deu prazo até ontem à tarde para retirar os veículos, mediante multa de R\$ 50 mil por carreta.

A empresa, em conjunto com a Belacap, apresentou ontem ao Ibama uma proposta emergencial para resolver a questão. Uma vala construída para captar e tratar o chorume (líquido produzido pelo lixo), localizado na embargada Usina de Lixo de Ceilândia, está sendo adequado tecnicamente para receber os resíduos até que o incinerador seja consertado – a reparação deve ser concluída dentro de 15 dias.

No entanto, o Ibama ainda não se pronunciou. O superintendente regional, Francisco Palhares, disse que segunda ou terça-feira deve haver uma



Lixeiras dos hospitais não comportaram o volume e os sacos foram depositados no chão

resposta. "A vala só será liberada se estiver devidamente impermeabilizada com camadas de argila sob lonas de PVC", garante, dizendo que para isso, precisa ser feito uma análise do documento apresentado e uma vistoria técnica ao local.

Caso a proposta seja aceita, ele afirmou que precisa ser elaborado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre GDF, União, Ministério Público e a Qualix, para assegurar que a empresa vai cumprir as exigências ambientais e administrativas enquanto prossegue o processo de licenciamento ambiental da usina – em situação irregular desde a construção, em 1985.

O TAC é um instrumento que pode liberar a reabertura da usina mesmo sem estar licenciada. Para a promotora Marta de Oliveira, do Meio Ambiente, em vez de se fazer um documento mais complexo, abrangendo todas as pendências da Usina de Lixo de Ceilândia, devido à crise atual poderia ser formalizado um TAC específico para a liberação da vala de chorume.

"Seria uma medida emergencial para conter a crise da destinação do lixo", acredita. A sugestão também está sendo avaliada pelo Ibama, órgão responsável pelo licenciamento do lugar.

**MULTA** – A falta de resposta do

Ibama e de um destino para colocar o lixo hospitalar forçou a Qualix a criar um plano B e a preparar o caixa da empresa. Mais quatro carretas de apoio vão ajudar na coleta de resíduo tóxico hoje e amanhã, segundo o gerente de contrato no DF, Pedro Gonçalves.

Ele disse que os resíduos amontoados nas lixeiras dos hospitais começou a ser recolhido ontem à noite. Sobre a multa aplicada pelo Ibama para cada carreta parada, Pedro disse que a empresa vai pagar, se não conseguir prorrogar o prazo dado. Hoje pela manhã, os fiscais do Ibama devem ir ao local para autuar a Qualix.

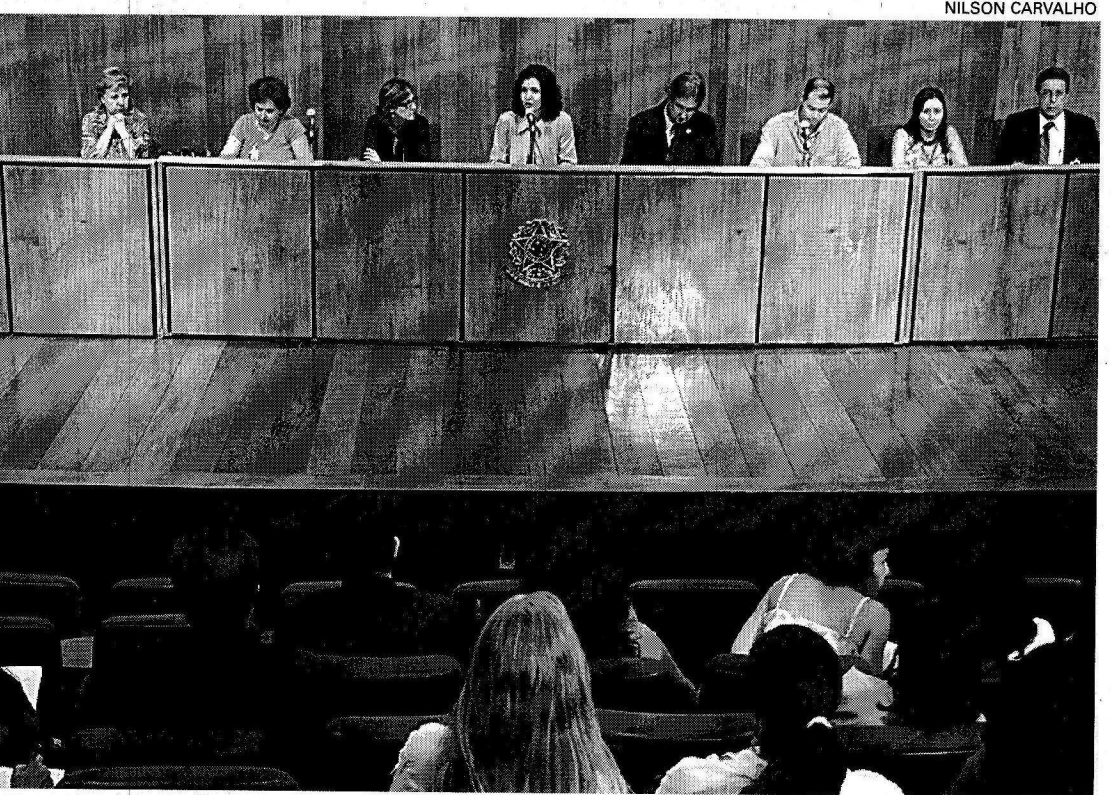
## Caos em frente aos hospitais

Numa volta pelo Setor Hospitalar Sul, é possível notar o problema criado pela falta de destinação do lixo hospitalar. No bloco L, em frente ao Laboratório Santa Paula, lixeiras ocupam espaço de vagas. O lixo – restos humanos, seringas, luvas, remédios, chapas de raio-x – normalmente está embalado em sacos brancos, e jogado ao chão, já que as lixeiras não comportam mais.

A ambulante Irene Ferreira trabalha há menos de cinco metros do lugar onde está sendo depositado os sacos. Ela disse que o cheiro está incomodando seus clientes. "A coleta não está sendo feita. O lixo fica espalhado e, quando é molhado, até suja o chão de sangue", conta.

No Hospital Santa Lúcia, 13 lixeiras abarrotadas de sacos impressiona quem passa pela rua. A sorte, ou não, é que as lixeiras estão guardadas dentro de um depósito gradeado, e o monte formado pelos sacos não fica tão exposto. A coordenadora de limpeza do hospital, Regina Rosa Monteiro, disse que desde a noite de quinta-feira os sacos não eram recolhidos pela Qualix. "Isso é um transtorno. Não tem como parar de produzir o resíduo. Pagamos imposto para receber o serviço", criticou ela.

O recolhimento do lixo hospitalar se agravou quando autoridades goianas não permitiram que a Qualix levasse o resíduo para o aterro sanitário de Goiânia, na terça-feira. O veto foi motivado pela comunidade local, que não queria receber as 30 toneladas diárias produzidas no Distrito Federal.



Ministério Público chamou hospitais e órgãos do governo para debater saída para o impasse

## Audiência em busca de solução

A volumosa produção (toneladas diárias) e a falta de separação do lixo hospitalar produzido no DF foram outros problemas deflagrados durante a crise atual. Em meio a tantos entraves, os representantes dos produtores do resíduo – hospitais, postos de saúde, farmácias – foram convidados para debater a situação numa audiência realizada ontem pelo Ministério Público, com a participação do Ibama, Anvisa, Secretaria de Saúde e Ministério do Meio Ambiente.

O encontro foi para identificar os principais problemas enfrentados com o manejo do lixo hospitalar e para balizar o andamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) que precisa ser implementado até dezembro nas instituições públicas e privadas.

O plano prevê medidas para gerar, segregar, acondicionar, coletar, armazenar, transportar e tratar o lixo hospitalar, visando a proteção da saúde pública. A resolução 306 de dezembro de 2004 da Anvisa dá um prazo de 180 dias para implementar o plano. O prazo venceu em junho, mas foi prorrogado até o final do ano.

Um dos benefícios da resolução é a transparência da maneira de se tratar com o temido lixo hospitalar. Segundo Regina Barcellos, especialista da Anvisa, apenas 25% do resíduo coletado em hospitais e similares é considerado infectante. E deste, uma pequena porcentagem precisa ser incinerada.

"Só substâncias superperigosas, chamadas de prions, precisam ser queimadas, como a proteína do mal da Va-

ca-Louca. E aqui, em Brasília, isso ainda não existe", explica.

Segundo ela, se houvesse uma segregação adequada de lixo hospitalar no DF, não precisaria ser usado incinerador. "Basta acondicionar corretamente os produtos e descontaminá-los para, assim, colocá-los no aterro sanitário", esclarece Regina.

O secretário-adjunto da Saúde, Mário Nunes, disse que os 15 hospitais públicos já possuem o plano de gerenciamento do lixo. Durante a audiência pública, ficou acertado que em 30 dias, cada instituição, inclusive as privadas, terá de enviar um relatório à secretaria sobre o andamento. A Belacap se comprometeu a orientar e fiscalizar as medidas para reduzir a produção e a destinação de lixo a partir de segunda-feira.